

A formação do Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio (MG, Brasil): uma reflexão sobre a colonização no sertão mineiro (1750-1820)

Alcione Souza Júnior

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Patos de Minas - Minas Gerais - Brasil
alcionejunior@iftm.edu.br

Resumo: Este trabalho aborda o processo de formação do Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio-MG no contexto da incorporação da região do Alto Paranaíba à Capitania de Minas Gerais. À atuação governamental somaram-se as iniciativas particulares com interesses diversos e, muitas vezes, conflitantes. A conquista de áreas propícias à atividade agropecuária foi acompanhada da destruição de aldeias indígenas e quilombos, numa ocupação territorial que implicou muitas vezes em despovoamento e repovoamento. A colonização dispersa forjou relações sociais caracterizadas pela força dos costumes e pelo apego às tradições, resultando num quadro cultural de pouca sociabilidade.

Palavras-chave: História de Patrocínio-MG. Conquista do sertão mineiro. Colonização do Alto Paranaíba-MG.

Introdução

Em sua obra *Viagens às nascentes do rio São Francisco*, Saint-Hilaire (1975) registrou que na vasta e desértica região que ia da Serra da Canastra até Paracatu existiam apenas dois arraiais: Araxá e Patrocínio¹. Este relato suscita algumas questões: o que explicaria a existência de somente dois arraiais nesta vasta região? Que condições teriam proporcionado a formação dos mesmos? O surgimento do povoado que deu origem à Patrocínio-MG se

¹ O viajante relata que os demais povoados e lugarejos eram bem menos importantes e não tinham sequer o título de Arraial. Pohl (1976), em sua viagem para Goiás (1818) deparou-se com o lugarejo de Pouso Alegre de Carabadela [atual Coromandel], ainda sem capela e contando só com seis casinhas situadas dentro da mata. Eschwege (1996), por sua vez, relatou que o lugarejo de São Pedro de Alcântara [atual Ibiá], possuía apenas 12 casas que permaneciam fechadas, com exceção da casa do pároco.

enquadra na tipologia comum às demais cidades da região? Quem eram e como viviam seus moradores?

O presente estudo busca responder estas questões, visando uma melhor compreensão de nossas origens. Trata-se de uma análise sobre a formação de uma sociedade complexa, enfocando os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Muito pouco foi pesquisado e escrito sobre as origens de Patrocínio-MG, sendo feito, na sua maioria, por cronistas ou memorialistas. Estes tendem a priorizar a história política, perpassando uma concepção de história factual e personalista que pouco contribui para uma análise das questões locais e regionais². Diante da carência de trabalhos específicos foi necessário recorrer às obras dos viajantes do período joanino e às publicações que tratam da história da região.

Para Raphael Samuel (1990), a história local é muitas vezes repetitiva e sem vida, com histórias parecidas umas com as outras, porque os documentos variam pouco de lugar para lugar e são sempre voltados para o governo ou notáveis do lugar. Nesta pesquisa, a localidade não foi escolhida em si mesma, mas como uma janela para compreender o processo de conquista e ocupação do sertão mineiro, bem como a formação dos primeiros povoados.

A epopeia aurífera do início do século XVIII foi a principal responsável pela ocupação econômica do espaço mineiro, assim como pelo intenso fluxo de imigrantes para a região. Enquanto fornecedora de ouro e pedras preciosas, a Capitania de Minas Gerais se torna o foco das atenções da Coroa Portuguesa, que passa a exercer um rígido controle econômico e social.

Para facilitar a cobrança de direitos sobre a mineração, a Coroa tentava manter o isolamento da capitania. Ao mesmo tempo, procurava canalizar todos os recursos disponíveis para a mineração, impedindo o desenvolvimento de atividades econômicas que pudessem significar concorrência ou absorver a mão-de-obra escrava. A Lei Régia de 1715, que proibia a produção de aguardente e açúcar, é exemplar:

Logo que as Minas foram descobertas, e se entrarão a povoar, se fes nellas hum grande numero de Engenhos de destillar agoa ardente de Cana. Sua Magestade foi informada de que estas Fabricas erão prejudiciaes à Real Fazenda, porque nellas se occupavão infinitas pessoas, que podião empregar-se em outros Ministérios; e tambem constou ao

² Foram consultadas as seguintes obras memorialistas: ALMEIDA, Flavio José de. *Patrocínio no final da década de 20*. Patrocínio: Editora Reggraf, 1997; MACHADO, Maria de Fátima. *Patrocínio: ontem e hoje*. Vol. I Patrocínio: Editora Reggraf, 2013; REZENDE, Júlio César. *Patrocínio: nossa terra, nossa gente*. Patrocínio: Gráfica Real, 1986 e SANARELLI JUNIOR, Alberto. *Anuário de Patrocínio: histórico, turístico e estatístico*. 4 ed. Patrocínio-MG: Editora Reggraf, 2000. Embora não tenham o rigor dos métodos históricos, tais trabalhos são importantes na preservação da memória local e indicam pistas a serem seguidas pelos pesquisadores.

mesmo Senhor, que as ditas Fabricas e rão prejudiciaes ao socego publico o qual se perturbava com as desordens cauzadas pelas bebidas dos negros³.

Entretanto, de acordo com Arruda (1999, p. 140), as medidas metropolitanas de proibição nem sempre surtiam o efeito esperado, fazendo com que as Gerais atingissem um relativo grau de autossuficiência. O elevado preço dos alimentos levava as pessoas a plantarem roças e a criarem animais, cuja produção se destinava primeiramente ao consumo próprio, sendo o excedente vendido nas cidades e vilas.

A crise da produção aurífera depois de 1770 provocou uma mudança na política econômica portuguesa, que passa a estimular a produção agrícola na região das Minas. A Carta Régia de 1777 reconhece a importância da agropecuária, incentivando a distribuição de sesmarias, aos que se comprometessem à nelas produzir. Sem abandonar completamente a mineração, o mineiro se torna também pecuarista ou agricultor, criando um novo momento na economia.

O avanço da agricultura e da pecuária resultou numa mudança da ocupação demográfica de Minas: enquanto no início do século XVIII as populações realizavam um movimento centrípeto, ou seja, do interior para os centros, no final do século realizam um movimento contrário, dos centros mineradores os indivíduos, isoladamente, ou em grupos, partem para a instalação de fazendas no sertão (AMANTINO, 2002, p. 141). Isto é perceptível pelas sesmarias concedidas, que sinalizavam a fuga de mineiros já esboçada em meados do século XVIII. Este movimento e suas consequências são mais bem explicados por Tosi (2002, p. 28):

Com a decadência do ouro, houve uma nova movimentação dentro do território colonial, tanto da atividade mineradora quanto das atividades complementares. Esse movimento não se resume no simples deslocamento de populações, há uma política metropolitana, há as subdivisões em Capitânicas e, sobretudo, as instituições, a riqueza e o poderio gestado durante a mineração.

Como as práticas agrícolas utilizadas provocavam o esgotamento precoce do solo, surgiu um movimento de expansão para o sertão, realizado por agricultores cujas terras começavam a se tornar estéreis, ou ainda incentivado pela facilidade com que se obtinha a concessão de sesmarias.

No Brasil colonial, a expressão sertão comportava diferentes concepções, mas que tinham em comum a sua identificação como o interior do território em oposição ao litoral, denominação imprecisa diante da imensidão do território. Nas Minas Gerais, o sertão podia

³ REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Vol. III. Belo Horizonte, 1903, p 558. Fotocópia da página fornecida pelo professor Antônio de Oliveira Melo.

ser identificado em várias regiões, sendo um espaço fluido, não passível de delimitação. Neste trabalho, a expressão sertão será empregada para fazer referência a uma área que se localizava nos limites dos atuais Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e que fazia parte de uma vasta região. Esta, de acordo com a época, recebeu diferentes denominações, como Campo Grande, Sertão da Farinha Podre e Sertão Oeste de Minas (AMANTINO, 2008)⁴, como pode ser visualizado no mapa da figura 1:



Figura 1: Mapa da região do "Sertão da Farinha Podre".

A dificuldade em precisar a localização é ainda maior se considerarmos que os mapas da capitania de Minas elaborados no século XVIII, período em que teve início o processo de expansão e de definição das fronteiras externas e internas da capitania, eram pouco precisos e traziam apenas a divisão das comarcas. Os limites internos, ou seja, dos termos e vilas não aparecem na representação da capitania, cabendo às Câmaras produzirem os mapas dos territórios sob sua jurisdição, complicando a localização e delimitação de fronteiras (FONSECA, 2010).

⁴ Márcia Amantino (2008) faz uma interessante abordagem sobre o projeto civilizatório desencadeado pelas autoridades para conquistar o território, eliminar os habitantes considerados indesejáveis e incorporar o Sertão Oeste de Minas aos interesses coloniais.

Conquista e ocupação do sertão mineiro

A atuação governamental na incorporação do sertão remonta ao processo de ocupação territorial promovido pela Coroa Portuguesa. Desde a Restauração Portuguesa (1640), a Metrópole tinha voltado suas preocupações para as fronteiras com a América Espanhola:

Para o Conselho Ultramarino e os homens que, de Portugal, governavam a América Portuguesa, a preocupação maior residia nas fronteiras em litígio com os espanhóis: as da Amazônia, ao norte as do Rio Grande de São Pedro, ao sul – regiões cuja delimitação flutuou entre 1750, quando se assinou o Tratado de Madrid, e 1777, quando o tratado de Santo Ildefonso consagrou, em traços gerais, os contornos do espaço português no continente (SOUZA, 2001, p. 103).

Para garantir a anexação dos territórios de fronteira não bastava a constituição de milícias armadas, era necessário promover o povoamento definitivo e o cultivo de gêneros alimentícios. De outro lado, era também necessário consolidar as bases internas de abastecimento e o povoamento do vasto interior da colônia. Somente dessa forma seria possível viabilizar a defesa das bordas de ocupação portuguesa (FLORES, 1996).

Na Capitania de Minas Gerais, a situação de fronteira aberta sempre foi propícia à formação de expedições rumo ao sertão. De acordo com Souza, com o declínio da extração de ouro fortaleceu-se a posição dos defensores da atividade agrícola, que viam nesta a verdadeira riqueza do homem. Seus esforços para a incorporação de novas áreas contavam com o apoio daqueles que acreditavam na possibilidade de encontrar novos veios de ouro e diamantes (SOUZA, 2001).

É pertinente lembrar que até o início do século XVIII, o território mineiro fazia parte da Capitania do Rio de Janeiro. A descoberta das minas de ouro fez com que a Coroa Portuguesa desmembrasse o território, criando a Capitania Real de São Paulo e Minas do Ouro (1709) que abrangia também as terras de Goiás e Mato Grosso, englobando territórios que mantinham uma extensa fronteira com a América Espanhola. A criação da Capitania de Minas Gerais se deu em 1720, a de Goiás em 1744 e, a de Mato Grosso, em 1748. A extinção do governo de São Paulo, no período de 1750 a 1765, não implicou em perda da influência na ocupação territorial, pelo contrário, gerou conflitos e disputas fronteiriças, já que os limites das Capitanias de Minas Gerais, São Paulo e Goiás eram indefinidos (FERNANDES, 2012).

Para Márcia Amantino (2002), as tentativas de controle e povoamento do sertão mineiro, por meio de expedições, podem ser divididas em duas fases. Até a primeira metade

do século XVIII, as expedições eram organizadas com interesses locais e específicos, como a destruição de uma aldeia indígena, de um quilombo ou a busca de ouro. A partir de 1750, quando o Marquês de Pombal assumiu o controle em Portugal, as expedições adquiriram um caráter mais global:

As expedições feitas a partir desse momento em Minas Gerais eram grandes em sua formação humana, caras e de difícil organização, e não partiam pra destruir um quilombo ou uma aldeia indígena. O objetivo era destruir qualquer elemento que estivesse prejudicando o povoamento e o desenvolvimento da região. Após a solução desse problema, sesmarias deveriam ser distribuídas, a fim de que pessoas idôneas passassem a arcar com a responsabilidade de manter a área livre de quilombolas e dos índios. Durante a expedição, era preciso também criar igrejas, símbolo do poder espiritual sobre os homens, cuidar das pendências judiciais que fossem encontradas, casar as pessoas que viviam em concubinato e iniciar plantações que facilitassem novas expedições (AMANTINO, 2002, p. 75).

A conquista do sertão apresentava um problema de difícil solução, isto é, a existência de uma grande quantidade de indivíduos considerados indesejáveis pelas autoridades, que podem ser reunidos em três grupos: os vadios, os indígenas e os quilombolas.

O grupo considerado pelas autoridades como vadios comportava uma gama variada de indivíduos, que incluía garimpeiros clandestinos, insolventes, ladrões, pedintes e pessoas que vagavam em busca de trabalho ou terras. Eram homens livres (brancos, mulatos, negros) que não possuíam trabalho fixo e viviam à margem da sociedade, em condições de miséria ou de pobreza. Eram vistos como causadores de problemas para a sociedade, o que fez com que as autoridades criminalizassem a vadiagem por intermédio de Cartas Régias e Alvarás (AMANTINO, 2008).

Quanto ao indígena, a política oficial era ainda mais clara: quando pacíficos, eram utilizados como reserva de mão de obra e quando bravios (não civilizáveis) eram exterminados em nome da segurança. Diversos grupos indígenas foram exterminados ou capturados nos conflitos. Dentre os sobreviventes, muitos migraram mais para o interior do sertão, em direção a Goiás e Mato Grosso, para evitar o confronto ou mesmo fugindo da escassez de caça e pesca. De qualquer forma os sobreviventes dos conflitos passaram por uma aculturação ou caboclicização, de modo que, se não houve extermínio físico, houve desaparecimento das sociedades indígenas (LOURENÇO, 2005).

A presença de quilombolas em uma região provocava medo, sendo um perigo real ou imaginário que provocava inclusive o abandono de fazendas e sesmarias, impedindo o avanço da civilização e do povoamento, como atesta Márcia Amantino (2008, p. 106):

A noção que as pessoas tinham dos quilombolas durante o século XVIII em Minas Gerais merece ser acompanhada mais de perto. A ideia que os associa aos bárbaros é uma constante nesta documentação assim como a de que eram feras e inimigos públicos. Que eles eram, segundo suas concepções, causadores de distúrbios, das desordens e das insolências frequentes que os moradores próximos da região sofriam, não resta dúvida.

A descoberta de ouro em Goiás e a abertura de picadas haviam colocado os mineiros em choque com os quilombolas, visto que para facilitar os ataques e ao mesmo tempo a defesa, os quilombolas buscavam uma localização próxima a rotas comerciais (GUIMARÃES, 1988, p. 56). Diante desta situação, desde 1746 foram organizadas expedições com o propósito de exterminar os quilombolas, dentre eles o Quilombo do Ambrósio ou Quilombo do Campo Grande. Devido à baixa ocupação pelo elemento branco, os quilombos voltavam a se formar, o que exigia novas expedições.

Como o poder público não contava com os recursos necessários para essa empreitada, lançava mão de homens interessados em aumentar seu poder político, econômico e social. Organizar e liderar uma expedição significava ganhar títulos, privilégios e prestígio. A ânsia de promoção social e o gosto pela aventura que compunha o universo mental dos homens da época também contribuíram para empurrar os homens para o sertão. O controle sobre novas áreas significava o controle sobre as terras, sobre as riquezas e sobre a mão-de-obra (AMANTINO, 2002). A conquista e a ocupação do sertão mineiro sintetizam a conjugação de interesses oficiais e particulares envolvidos no processo:

Foi aí, nessas Picadas de Goiás, que a atividade fronteiriça sintetizou praticamente todas as preocupações então em jogo no tocante à ocupação das zonas remotas, suprimindo do sertão, com o braço privado, a resistência quilombola; propiciando o assentamento de sesmeiros, mas promovendo, em última instância, a concentração da propriedade e os inícios de uma oligarquia local (SOUZA, 2001, p. 106).

O maior representante dessa empreitada foi Inácio Correia Pamplona, futuro inconfidente e delator do movimento. De 1765 a 1781, Pamplona organizou várias expedições ao Oeste de Minas, participando pessoalmente da maioria delas. Alegando serem terras devolutas e os elevados gastos com alimentação, armas, munição e homens, Pamplona solicitava a concessão de terras nas áreas conquistadas. Adquiriu várias sesmarias para si e para seus parentes. Em 1769, com o título de Mestre de Campo e Regente, e sob as ordens de Conde de Valadares, estabeleceu capelas e distribuiu mais de cem sesmarias na região (MARTINS, 2008)⁵.

⁵ Trata-se da edição atualizada e ampliada do livro *Quilombo do Campo Grande: a história de Minas roubada ao povo*, publicada em 1995 pela Editora Gazeta Maçônica. O autor confronta o que já foi escrito sobre o assunto com fontes primárias. É uma leitura indispensável para quem busca melhor compreensão do processo de formação territorial de Minas e seus conflitos com São Paulo e Goiás.

A Fazenda Bromado virou Arraial

A formação do povoado que deu origem a Patrocínio-MG está ligada a um outro Inácio, que além do nome compartilhou com Inácio Correia Pamplona a confiança do Capitão-General de Minas Gerais. Entre 1771 e 1772, o capitão Inácio de Oliveira Campos, atendendo ordens do Conde de Valadares, realizou explorações em vários córregos e ribeirões da região, inclusive no Bromado e no Esmeril. Conforme relata Barbosa (1995, p. 244), o capitão providenciou as escavações, instalou uma fazenda e plantou roças para abastecer os entrantes, que transitavam pela Picada de Goiás:

O Capitão Inácio de Oliveira Campos, depois de destruir alguns quilombos, aprisionou mais de 50 negros “entre os quais se achavam alguns crioulos mancebos por se batizarem”, devolveu-os a seus donos, em Paracatu, e, em 1773, estava de regresso a Pitangui. Sua fazenda, porém, continuou sob outras mãos, com o nome de fazenda do Bromado; em 1793, aí existia já um pequeno povoado, com o nome de Salitre; em 1804 ergueram os moradores do arraial uma casa de oração dedicada a N. S^a do Patrocínio e, em 1807, Salitre já era, oficialmente, o arraial de Nossa Senhora do Patrocínio.

As socavações feitas por Inácio de Oliveira Campos nos rios da região foram infrutíferas, visto não ter encontrado o tão desejado ouro, mas a fazenda do Bromado prosperou. Localizado junto à Picada de Goiás, o assentamento oferecia apoio aos tropeiros que transitavam entre as regiões mineradoras do centro-oeste e as áreas centrais da colônia. Os transeuntes tinham a necessidade de repor peças de arreatas, de providenciar consertos e de alimentar os animais com milho, recursos pouco disponíveis ou inexistentes no caminho. Este assentamento permanente é que deu origem ao povoado formador da cidade de Patrocínio (REZENDE, 1986).

A notícia da existência de águas salitrosas no sertão de Araxá vinha atraindo pecuaristas desde 1770. A descoberta de nascentes nas proximidades de Patrocínio, notadamente os bebedouros do Salitre e Serra Negra, também atraiu criadores de gado, que se instalaram na região. O sal era uma mercadoria difícil de ser obtida e cara, com gastos que chegavam a representar 37% do total da receita bruta dos pecuaristas. As águas salitrosas dispensavam a aquisição do sal, diminuindo enormemente os custos para os pecuaristas, estimulando a expansão da atividade (LOURENÇO, 2005)⁶.

⁶ O autor compilou dados de 1837 para a região de Uberaba e concluiu que um garrote em ponto de venda era avaliado a 8\$000 enquanto uma única saca de sal de 20 kg custava 5\$120. O consumo de sal é essencial para suprir as carências minerais do rebanho. É sabido, inclusive, que na época da comercialização, ministrava-se o sal

Os povoados mineiros do século XVIII tiveram suas origens vinculadas à mineração ou à agropecuária. No primeiro caso, o crescimento ou não do povoado dependia diretamente da atividade mineradora, sendo que a ocupação inicial do terreno se dava junto aos córregos, ou seja, das *datas*. No segundo, a formação do povoado se dava a partir da construção de uma capela, com crescimento lento (DA MATTA, 2002). É este o caso de Patrocínio, cujos moradores obtiveram licença para a construção de uma casa de oração em 1804, dedicada à Nossa Senhora do Patrocínio⁷.

A doação de uma porção de terras para a construção de uma capela era prática comum na Minas oitocentista. Em torno dessas terras, que constituíam o *patrimônio do santo*, eram construídas as casas, cujos proprietários pagavam um foro (taxa anual) para a igreja. Assim, as autoridades eclesásticas garantiam renda para sua manutenção e para realização dos trabalhos religiosos.

Por meio da realização das atividades religiosas, criava-se a identidade do arraial, sempre ligada à devoção a um santo, cuja imagem estava presente na capela. Esta era o centro, em torno do qual girava toda a vida do arraial. Nos domingos e dias santos o povo se reunia na capela para ouvir missa e para participar das festas e procissões. Estas nunca podiam faltar (FERNANDES, 2012, p. 92).

Com a ereção da capela, o povoado, geralmente, passava a ser denominado arraial. A benção da capela implicava no reconhecimento da existência do povoado pelas autoridades religiosas. Sendo o catolicismo a religião oficial de Estado, os registros de batismo, casamento e óbito feitos pela Igreja é que davam legalidade aos indivíduos. O Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio pertencia ao Julgado do Araxá⁸, que até então pertencia à Província de Goiás.

A instalação da Vila de N. S. do Patrocínio se daria em 7 de abril de 1842, em terras que foram doadas pelo fazendeiro Antônio de Queiroz Teles para o patrimônio do povoado (SANARELLI JUNIOR, 2000). A instalação de vilas, conforme atesta Da Matta (2002, p. 201), se dava obedecendo aos mesmos procedimentos das casas de oração:

A importância desse sistema de produção de espaço coletiva pode ser atestada pelo fato de que a criação de vilas funcionava segundo o mesmo princípio. Também elas deveriam ter seu patrimônio. Esse patrimônio fundiário era dividido em duas partes. Uma, chamada logradouro público ou rossio, era reservada ao uso comum dos habitantes, à

para que o maior consumo de água e a retenção de líquidos promovesse ganho de peso nos animais. O preço do sal era tão elevado que Eschwege (1996, p. 113) sugeriu aos moradores da região que produzissem sal por evaporação solar a partir das águas salitrosas, a fim de comercializá-lo.

⁷ A tradição oral da cidade aponta que a origem do nome está associada à história de um fazendeiro rico, que tendo a filha adoecida, fez uma promessa a Nossa Senhora. Como a graça foi alcançada, o fazendeiro construiu a capela que deu origem à atual Igreja Matriz.

⁸ A respeito da organização político-administrativa do Brasil Colonial ver: FLORES, 1996, p. 359.

pastagem de animais e à extração de madeira. A outra parte, destinada às novas edificações, era aforada a fim de dotar a Câmara de recursos⁹.

Com a transformação do arraial em Vila, as questões judiciais e as obras públicas passavam a ser resolvidas localmente. Em 1873, a Vila foi elevada à condição de cidade, completando sua emancipação política. Todavia, antes da elevação à categoria de cidade e mesmo da instalação da Vila, o arraial se viu envolvido nas disputas fronteiriças decorrentes da conquista e ocupação econômica do sertão, algo já mencionado, mas que merece maior detalhamento.

O Arraial deixa de ser goiano e se torna mineiro

A descoberta das minas em Goiás (1722-1725) por sertanistas liderados pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, transformou a região Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em alvo de interesse dos paulistas. Assim, em 1730, a picada aberta por Anhanguera se tornou Caminho Régio, com o objetivo de impedir o contrabando de ouro. Esta influência dos paulistas sobre o sertão incomodava as autoridades mineiras. Em 1736, seguindo ordens régias, os mineiros abriram seu primeiro caminho, também com o objetivo de evitar contrabando e fuga de impostos. Este caminho ficou conhecido como Picada de Goiás (LOURENÇO, 2005). Esta seria na verdade a Picada de Goiás Velha, dado que posteriormente foram abertas outras picadas. Em seu instigante trabalho sobre a história de Franca (SP), Tosi (2002, p. 42) acrescenta outras possibilidades:

É bem provável que houvessem “caminhos desviados”, principalmente se se imagina o obstáculo que a Serra da Canastra representava para Minas Gerais na integração de seu território base com o Triângulo Mineiro. As atividades criatórias e mineradoras desenvolvidas em Araxá e no Desemboque, respectivamente, parecem ter encontrado no Planalto Francano uma via de escoamento que não necessariamente corria em direção à São Paulo, mas que contornavam no sentido sudeste até chegar em Jacuí. Assim, havia com segurança, um fluxo que saía de Minas e retornava a Minas, cujo destino final fosse o Rio de Janeiro, por meio do Planalto Francano. Era, portanto, a passagem, e não as minas de diamante, que fazia com que paulistas e mineiros disputassem fronteiras na região.

Considerando que o contrabando do ouro extraído do Desemboque deveria ser feito por picadas que fugissem do fisco existente junto ao Rio das Velhas, é crível a existência de outras vias que ligavam o Julgado de Araxá ao restante de Minas e São Paulo.

⁹ Para a instalação das vilas criadas era necessário que os habitantes tivessem construído, à sua custa, cadeias seguras, casas para as sessões das Câmaras Municipais e Conselho dos Jurados, de acordo com os planos determinados pelo Governo.

Com o tempo estas se tornaram rotas que permitiam o fluxo de pessoas e mercadorias na divisa de Minas com São Paulo, como pode ser visto no mapa da figura 2:

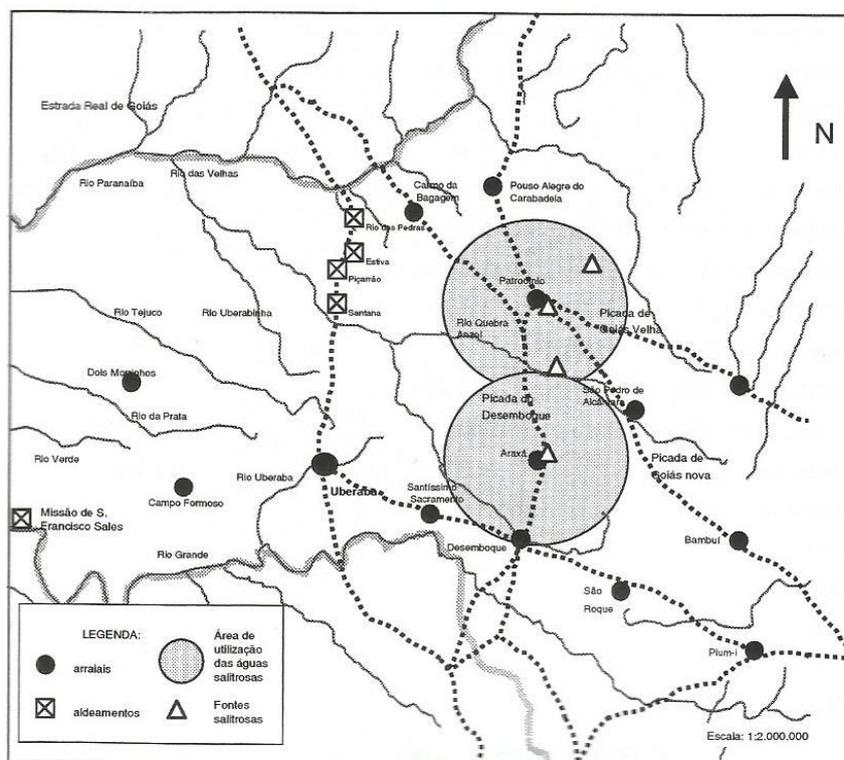


Figura 2: principais picadas do sertão oeste de minas.
Fonte: LOURENÇO, 2005, p. 118.

De um lado, portanto, existia o interesse dos paulistas e de outro lado o interesse dos mineiros, representados principalmente pelas Câmaras de Mariana, Sabará e São João Del Rei, que procuravam ampliar seus domínios, através da concessão de sesmarias. Nos mapas da época, parte da região era mostrada como pertencente à Capitania de Minas, mas aparecia também nos mapas paulistas como fazendo parte de seu território (MARTINS, 2014).

A área na fronteira com a Província de Goiás era também uma região sem limites definidos. Desde a descoberta de ouro no Desemboque, os goianos haviam migrado para a região em grande número e conseguiram incorporá-la à Capitania de Goiás, em 1766, como atesta Fernandes (2012, p. 245):

Como foi visto anteriormente, a incorporação do Triângulo Mineiro à Capitania de Goiás está ligada a atuação dos Padres Marcos Freira de Carvalho e Félix José Soares da Silva. Assim que tomaram conhecimento do florescimento do Arraial do Desemboque e suas riquezas, fizeram com que o Bispo de Goiás reconhecesse o novo

arraial como sendo de sua jurisdição e desse a provisão ao Padre Félix José Soares, tendo como Vigário Padre Marcos Freire de Carvalho.

A região localizada entre os rios Grande e Paranaíba passou a ser disputada pelas Capitanias de Goiás e Minas, envolvendo autoridades religiosas e civis. Os mineiros alegavam terem sido eles os primeiros a promover o povoamento, tendo combatido os índios bravios e os quilombolas que “infestavam” a região (AMANTINO, 2002). Com o propósito de modificar as divisas, dar posses a sesmarias e ampliar os domínios da Capitania, as autoridades mineiras distorceram e forjaram documentos (MARTINS, 2014). Apesar de todos os esforços, somente em 1816, o território formado pelos termos dos Julgados do Desemboque e de São Domingos do Araxá seria definitivamente incorporado a Capitania de Minas, graças à petição feita pelos fazendeiros araxaenses e patrocínenses. Na petição encaminhada à Coroa, argumentava-se que a longa distância dos povoados em relação a Vila Boa de Goiás, onde ficavam os magistrados, dificultava aos moradores o acesso às autoridades (FERNANDES, 2012). Os relatos deixados por Saint-Hilaire (1975, p. 128), todavia, contradizem esta versão:

Embora os primeiros habitantes (de Araxá) tivessem vindo de Minas Gerais, a autoridade que eles reconheciam era a do governo de Goiás. Dessa forma, os colonos que eram foragidos da Justiça se achavam em outra província, o que tornava mais difícil a sua punição. Por outro lado, os agricultores podiam obter sesmarias de três léguas, que são as concedidas pela Província de Goiás, ao passo que as de Minas não ultrapassavam uma légua.

Pelos comentários do viajante francês pode-se deduzir que para os habitantes do Julgado do Araxá era interessante permanecer subordinado às autoridades goianas. Sendo assim, qual teria sido o verdadeiro motivo para o movimento de separação? Enquanto pertencente à Capitania de Goiás, os moradores do Julgado do Araxá estavam livres da derrama, mas este sistema de cobrança de impostos foi abolido no início do século XIX. Além disso, o controle goiano sobre a região se tornou um problema. A principal fonte de renda era a pecuária. O gado era comprado por negociantes intermediadores de São João Del Rei e tinha como principal mercado o Rio de Janeiro. Segundo Lourenço, na passagem de uma capitania para outra incidiam dois impostos: as taxas pagas nos registros e as entradas. Desta forma, para terem competitividade, os pecuaristas tinham que vender os bois a preços baixos. Este interesse comercial é que teria motivado a petição (LOURENÇO, 2005).

Dom João VI editou, em 04 de abril de 1816, o alvará que tomou os Julgados do Desemboque e do Araxá de Goiás, anexando-os à Capitania de Minas. Tal decisão foi justificada, no próprio documento, pelos grandes incômodos que a distância à Capital de

Goiás infringia aos moradores (FERNANDES, 2012). Mas a Coroa tinha também seus próprios interesses. Em seu projeto expansionista, as autoridades mineiras contavam com o apoio da Coroa que não permitia que as capitânicas vizinhas tomassem terras aos mineiros:

Pelo contrário, procurou-se aumentar ao máximo a jurisdição das câmaras, dos ouvidores e do governador de Minas, pois além da perspectiva de descobrimento de novos depósitos auríferos, a ampliação do território implicava na expansão da fronteira agrícola e, conseqüentemente, em aumento das receitas régias (dízimo, alfândegas, passagens dos rios) (FONSECA, 2010).

A decisão da Coroa Portuguesa em favor da Capitania de Minas se explica pela maior capacidade desta em promover a ocupação do sertão, até porque possuía maior contingente demográfico. A Capitania de Minas estava também melhor estruturada para cobrar impostos. É este o contexto no qual o povoado de Nossa Senhora do Patrocínio deixou de ser goiano para ser incorporado à Capitania de Minas Gerais.

O Arraial e seus habitantes

Tratar da história dos povoados oitocentistas não é tarefa fácil em função da pouca documentação existente. Para Sérgio da Matta, esta ausência está relacionada ao fato de que a maior parte da documentação escrita sobre uma cidade é de caráter político-administrativo, cuja produção contínua somente se dá após a emancipação. Diante desta carência de documentação, os relatos feitos por estudiosos viajantes se constituem como material imprescindível para a história local e para a compreensão dos nossos problemas, principalmente em função da sensibilidade na captação dos traços do Brasil (ARRUDA, 1999).

Embora se trate do olhar de estrangeiros, devemos lembrar que *esses* viajantes pertencem a um universo diferente daqueles que iniciaram a conquista das Américas. A concepção de paraíso construída na época do descobrimento já estava superada, bem como a visão de debilidade e imaturidade elaborada no século XVIII. Em *Mitologia da Mineiridade*, assim se manifesta Arruda (1999, p. 49):

Ter sido produzida na onda imperialista não é, por certo, desimportante, porém há profundo sentido na ultrapassagem das concepções detratadas: assim recuperamos, enfim a condição de humanidade. Os novos viajantes realizaram, em outro prisma, a sua auto identificação ao identificar-nos. Através de suas obras, também nós encontraríamos subsídios importantes para nos conceber. Se a aventura que empreenderam continuava, ainda, povoada por imagens do passado, ao lado delas abriam-se fendas que vertiam raios luminosos. As viagens foram a odisseia moderna do

homem europeu. No século passado (XIX) provavelmente, nós estaríamos iniciando a nossa própria odisséia.

Os viajantes aqui referenciados eram naturalistas, botânicos ou mineralogistas, cujos interesses estavam na flora, nas espécies zoológicas e na geologia, mas suas obras fornecem ricas informações sobre a história, o clima, a população, as atividades econômicas, os meios de transporte e os costumes do povo.

O Barão de Eschwege (1996) foi contratado pelo governo da Capitania de Minas para determinar os novos limites com Goiás e fazer um relatório da situação em que se encontravam os Julgados recém-incorporados. Em 1816 passou por Patrocínio e anotou em seu diário:

Se bem que fique esse arraial distante daqui quatro léguas e meia, a minha chegada coincidiu ser em um domingo, dia de missa no arraial, e a comitiva foi acrescida de 30 cavalheiros. (...) Logo após minha chegada ao arraial, que possui cerca de 20 casebres situados em um alto, ao redor da igreja, só usada aos domingos, começou o serviço religioso. O juiz mandou preparar um almoço simples em uma venda (ESCHWEGE, 1996, p. 114).

O engenheiro alemão sequer pernitoou no povoado e, após o almoço, seguiu viagem rumo a Goiás. Dois anos depois, Emanuel Pohl (1976), outro estudioso estrangeiro, registrou que a maioria das casas estava fechada, pois pertenciam a fazendeiros abastados que preferiam morar no campo e usavam as residências do povoado somente em ocasiões especiais:

O povoado é pobre, com uma igreja de barro e madeira, que só recebe luz pelas portas, e umas trinta casas, cuja construção claramente denuncia a penúria dos seus donos. São na maioria negros livres que fazem uma agricultura de subsistência de milho e feijão. As localidades vizinhas têm melhor aspecto, pertencem a pessoas abastadas que preferem a vida no campo a morar em pequenas cidades, e que, no máximo nos dias festivos, visitam a sede da paróquia (POHL, 1976, p. 96).

Pohl afirma que partiu no dia seguinte porque não conseguiu obter nada no arraial, nem mesmo as caixas de madeira de que necessitava. As privações sofridas no povoado foram tamanhas que o viajante se surpreendeu com as comodidades encontradas na fazenda do juiz do arraial.

O botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1975), em sua viagem à Província de Goiás também passou pelo Arraial de Patrocínio. Reclama da pobreza das habitações, tendo passado a noite ao relento, pois a casa onde se hospedara estava infestada de bichos-de-pé. Seus registros atestam o isolamento e o atraso econômico do local:

Em 1819 havia ali cerca de quarenta casas muito pequenas, feitas de barro e madeira, cobertas de telhas e sem rebocar. Essas casas, dispostas em duas fileiras, formam uma praça comprida, no centro da qual foi erguida uma pequena capela, igualmente feita de barro e madeira como o resto. Patrocínio depende da paróquia de Araxá e conta com um padre para os serviços religiosos. Como sempre, as casas do arraial pertencem a fazendeiros que só aparecem ali aos domingos. Os únicos habitantes permanentes de Patrocínio são alguns artesãos, dois ou três modestos comerciantes, os vagabundos e as prostitutas (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 137).

Em comum nos relatos deixados pelos viajantes, a pobreza dos habitantes, retratada na rusticidade das construções e a importância da capela, cuja existência atraía população para o arraial. Segundo Lourenço (2005, p. 283), na primeira metade do século XIX foram erguidas quase todas as capelas que deram origem a arraiais na região:

A ereção da capela e a fundação do arraial, portanto, apesar dos elementos definidores da identidade territorial de uma fração da sociedade – o bairro rural – eram iniciativas que partiam sempre de uma elite terratenente. Um fazendeiro ou um grupo deles doava um trato de terra ao santo e à futura capela, e esta era erguida com o consórcio dos proprietários vizinhos e devotos.

Além das celebrações religiosas, como missas, batizados, casamentos, novenas e funerais, as capelas concentravam as festas, oportunidade para os moradores se encontrarem e se confraternizarem. Os batizados e casamentos estabeleciam laços de compadrio, ampliando as relações familiares e o sentido de pertencimento a uma comunidade (FERNANDES, 2012). Esta identidade era reforçada, também, pelo culto comum a um santo protetor, cuja imagem ficava na capela, no caso em estudo a devoção a Nossa Senhora do Patrocínio.

O arraial cumpria, assim, uma dupla finalidade: era o elo entre a comunidade e o Estado, por meio de instituições eclesiais, e ao mesmo tempo o núcleo no qual ela reforçava seus laços e reproduzia sua identidade. A fundação de um arraial constituía a expressão da transição de um grupo disperso de sitiantes, ainda vivendo os primeiros e difíceis momentos da ocupação, geralmente isolados uns dos outros, para um grupo com laços de parentesco, cooperação e reciprocidade cada vez mais intensos (LOURENÇO, 2005, p. 282).

O arraial era uma referência, pois além dos serviços religiosos mencionados, possibilitava a aquisição de mercadorias que não eram produzidas localmente. Quanto aos moradores de Patrocínio, podemos inferir a partir dos registros dos viajantes estrangeiros que se tratava de uma população reduzida, dada a carência de atividades econômicas urbanas e a inexistência de um aparato administrativo, que empregasse funcionários e oficiais. Eschwege (1996) relata que, a pedido do juiz, lhe foi servido um almoço em uma venda, do que se conclui a existência de comerciantes. Cita ainda os criminosos e insolventes, que se escondiam das autoridades mineiras.

Aqui, mais do que em Araxá, notei que os habitantes eram descontentes e desconfiados. A maioria mantinha-se a distância. Fiquei sabendo, então que, dada a posição de isolamento do distrito, vários criminosos, bem como devedores da Real Fazenda, fugitivos de Minas Gerais, radicaram-se na zona. Temiam com minha chegada ser presos e punidos (ESCHWEGE, 1996, p. 114).

Como mencionado anteriormente, a região teve como primeiros habitantes não só agricultores em busca de novas terras para cultivar, mas também devedores do fisco, garimpeiros clandestinos e foragidos da justiça, que encontravam no sertão um refúgio seguro, distante das autoridades. Emanuel Pohl (1976), por sua vez, afirma que a maioria da população era constituída de negros livres que viviam na penúria e dependiam da agricultura de subsistência de milho e feijão.

Saint-Hilaire (1975), o viajante que mais detalhes deixou, cita a presença de artesãos, provavelmente artífices de cutelaria e ferreiros, visto que o povoado era pouso para os tropeiros que transitavam pela Picada de Goiás. O naturalista francês menciona ainda a existência de vagabundos, prostitutas e comerciantes. Referindo-se aos moradores do sertão e seus costumes comentou:

Os que são casados cultivam terras alheias e se resignam a trabalhar alguns dias para viver sem fazer nada o resto do ano. Os solteiros que são em menor número perambulam de casa em casa, vivendo à custa de compadres e comadres, ou então saem para caçar, ausentando-se durante meses. Precisam vestir-se, mas qualquer trabalho insignificante lhes basta para formar o seu humilde guarda-roupas, que se compõe de duas camisas e um número igual de calças de algodão grosseiro (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 76).

Os vagabundos parecem se enquadrar no grupo denominado pelas autoridades como vadios, possivelmente trabalhadores sem qualificação que viviam de pequenos expedientes, ficando na ociosidade a maior parte do tempo. Sua presença era comum no sertão e fugiam de qualquer obrigação cívica ou militar. Outro elemento muito comum nos povoados do interior eram as prostitutas.

Como em todo o resto da Província, o número de prostitutas é ali considerável. Todo vagabundo tem uma amante, com a qual partilha o fruto de suas pequenas trapças, e a mulher, por sua vez, sustenta o seu homem com o produto do comércio de seus encantos. Dizem, porém que há na região muitas pessoas casadas, mas a fidelidade conjugal é pouco respeitada (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 130).

Embora esteja fazendo referência a Araxá, o próprio Saint-Hilaire menciona a existência de prostitutas dentre os residentes no arraial de Patrocínio. O estado de libertinagem e ociosidade usufruídas pelos moradores e condenado pelo viajante

estrangeiro estavam, segundo ele, associados ao isolamento, à falta de instrução e à precariedade dos serviços religiosos. O viajante francês menciona a existência de um padre no arraial, mas os problemas enfrentados pela igreja eram muitos, como atesta Fernandes (2012, p. 105):

No entanto, não se pode esquecer que a região de Paracatu e parte do Alto Paranaíba, antes da criação da Prelazia de Goiás, pertenciam à Diocese de Pernambuco. Sabe-se, porém que as divisas não eram claras e por isso, frequentemente desrespeitadas, uma vez, que, ainda no ano de 1824, têm-se notícias da visita do bispo de Pernambuco na região de Paracatu. (...) O grande problema foi encontrar pessoas dispostas a viver em lugares tão remotos.

O Bispado de Pernambuco estava a quase 500 léguas de distância da Comarca de Paracatu, resultando em carência de serviços religiosos e falta de controle sobre o clero.

Quanto aos comerciantes, pode-se notar que mantinham vendas muito simples que funcionavam esporadicamente. A população reduzida, as grandes distâncias entre os povoados e a produção autossuficiente impediam a formação de um mercado consumidor expressivo. Domingos e feriados eram as ocasiões de maior movimento, quando fazendeiros e sitiantes visitavam o povoado. Os fazendeiros compravam aquilo que não produziam, como sal, ferragens e tecidos finos. Os sitiantes também se aproveitavam para trocar algodão, tecidos artesanais, toucinho, milho, feijão, açúcar (LOURENÇO, 2005, p. 282).

O sertão tinha a agropecuária, principalmente a pecuária, como principal atividade econômica, concentrando a população no meio rural. A articulação entre o setor artesanal, praticado a nível doméstico com a utilização da mão-de-obra de mulheres e crianças, e as atividades agrícolas garantia a complementaridade e a autossuficiência das fazendas e fazia com que os povoados e vilas se tornassem extensão da vida rural (LOURENÇO, 2005, p. 154).

Considerações finais: As fazendas e o isolamento da região

As fazendas eram geralmente grandes, algumas atingindo 10 léguas de comprimento, mas os proprietários viviam rodeados de muita simplicidade, sendo poucas as fazendas que ofereciam algum tipo de luxo. A esse respeito, relatou Pohl (1976, p. 97):

De noite nos abrigamos na Fazenda Dessarco, um rancho miserável, onde me agasalhei num quartinho fumarento, cheio de todo tipo de animais domésticos. Gostaria de ficar um dia aqui, para arranjar minhas plantas e o nosso hospedeiro foi muito amável e bondosamente insistiu para que eu me demorasse, mas o espaço era muito acanhado e eu preferi ir embora, se bem que o tempo estivesse péssimo.

As benfeitorias se limitavam a uma choupana, um rústico curral e um paiol. As casas, feitas de barro (pau-a-pique) e chão batido, eram pequenas e sem iluminação. Os móveis eram raros, resumindo-se a mesa e catres para dormir, além de porta-chapéus onde eram dependurados os arreios, rédeas, chicotes e as roupas esfarrapadas, geralmente limitadas a dois pares de calças e camisas de algodão (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 120). Portanto, quanto aos costumes, moradia e vestimentas, a maioria dos fazendeiros quase não se distinguia do restante da população. Os grandes proprietários de terras, por sua vez, constituíam uma espécie de elite sertaneja. Seu poder decorria do grande número de dependentes, fossem eles habitantes do povoado, escravos ou agregados. Os escravos eram pouco numerosos, visto que os cronistas poucas vezes fazem referência a eles, o que é confirmado por Lourenço (2005, p. 282) em seus estudos sobre os inventários dos habitantes do Sertão da Farinha Podre.

Como aludido anteriormente, as pastagens naturais da região eram propícias à criação do gado apresentando terrenos salitrosos e águas minerais, que estimularam a instalação de pecuaristas (vide figura 2). Por outro lado, a comercialização do rebanho era penosa, pois os comerciantes eram provenientes de outras regiões e tiravam proveito da falta de concorrência. A respeito desse comércio, relatou Eschwege (1996, p. 109):

Compram bois de um ano e vendem-nos para o Rio de Janeiro, aos quatro anos. Em qualquer país, nenhum negócio desse tipo prosperaria, pois os agricultores criam eles próprios o seu gado, ficando com todo o lucro. Aqui, porém, onde os fazendeiros nada entendem de economia, o negócio dá certo. Aliás, vendem qualquer coisa à vista.

O gado era tangido até outras praças por boiadeiros. Como as distâncias eram longas muitas reses morriam ou se machucavam, sendo abatidas para a retirada do couro. As longas caminhadas implicavam em perda de peso, exigindo um período de recuperação, o que era feito nas estações de recria (TOSI, 2002, p. 51).

A criação de porcos se destinava ao consumo próprio, pois o elevado preço do sal tornava inviável a exportação do toucinho salgado e a imensa distância até o Rio de Janeiro impedia que os animais fossem levados a pé. Além de bois e porcos, criava-se também o carneiro, do qual se extraía a lã para a produção de tecidos, realizadas nos teares domésticos.

A agricultura, praticada nos capões, tinha como principal objetivo a subsistência. O sistema utilizado era o roçado, que consistia na derrubada da mata, queimada e limpeza do terreno:

(...) o plantio é feito duas vezes seguidas nas terras virgens. Depois disso deixa-se o solo descansar durante cinco anos, até que a capoeira esteja bastante crescida para poder ser

queimada. Passado um novo período de cinco anos ela é cortada e queimada mais uma vez. Quando se tem o cuidado de dar às terras esse prolongado descanso elas jamais são invadidas pelo capim-gordura (*Melinis minutiflora*). Mas quando o intervalo depois de dois anos de cultura não tem essa longa duração elas e tornam esgotadas, e a pernicioso gramínea não tarda a aparecer (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 151).

Dentre os produtos cultivados, merece menção o milho, que se destinava à produção de fubá e farinha para consumo próprio, além de alimentar os porcos e galinhas. A cana-de-açúcar tinha o cultivo voltado à produção de aguardente e de rapadura, utilizada como substituta do açúcar. A mandioca servia para a produção de farinha e polvilho. O algodão fornecia a matéria-prima para a produção de tecidos rústicos nos teares artesanais. Além desses produtos, eram cultivados o arroz, descascado no pilão ou monjolo, o feijão, o fumo e a abóbora.

As dificuldades de estabelecer um sistema de transportes eficiente, que integrasse a região aos mercados do país, mantiveram o isolamento. O povoamento, que se constituiu como esparso, promoveu a concentração em alguns núcleos separados por áreas desertas. Desta maneira, o vazio do sertão foi preenchido pela criação de gado nas grandes propriedades ou “pela produção agropecuária do tipo familiar, intermediada pela figura dos meeiros e pequenos arrendatários de terra” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 36).

Na literatura de viagens do século XIX, o mineiro é retratado como reservado e com certo acanhamento, mas sempre cordial e hospitaleiro. Esta caracterização refere-se aos habitantes da porção oriental da Província de Minas e não se aplica, de acordo com o próprio Saint-Hilaire, aos moradores de Patrocínio, por ele considerado como a escória, rude e grosso. Este desagrado se deve, segundo Antônio Cândido, à vida rústica e pouca educação dos habitantes do sertão mineiro ligados, étnica e historicamente, ao caipira paulista.

Os costumes associados à atividade agrícola seminômade e ao povoamento esparso não favoreceram a amenidade no trato e deu lugar aos hábitos esquivos de pouco desenvolvimento social (CÂNDIDO, 2001). Este cenário só iria conhecer mudanças significativas na segunda metade do século XX, quando o cerrado se tornou fronteira agrícola e atraiu novos imigrantes, estimulando o crescimento populacional e a urbanização.

THE FORMATION OF THE ARRAIAL DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO: A REFLECTION ABOUT THE COLONIZATION BACKWOODS OF MINAS GERAIS (1750-1820)

Abstract: This article discusses the formation process of the Arraial de Nossa Senhora do Patrocínio-MG (the Our Lady of Patrocínio Village, in the state of Minas Gerais, Brazil), in the context of the incorporation of the Alto do Paranaíba region to the Captaincy of Minas Gerais. Individual initiatives with various and sometimes conflicting interests were at the time added to the governmental work, and the conquest of areas favorable to agricultural and cattle-raising activities resulted in the destruction of indigenous villages and quilombos, a territorial occupation which frequently implied a process of depopulation and repopulation. The dispersed colonization forged social relationships characterized by the power of customs and the attachment to traditions, giving rise to a cultural framework of little sociability.

Keywords: History of Patrocínio-MG. Conquest of the backwoods of Minas Gerais. Colonization of Alto Paranaíba-MG.

Referências

ALMEIDA, Flavio José de. Patrocínio no final da década de 20. Patrocínio: Editora Reggraf, 1997.

AMANTINO, Márcia. A conquista de uma fronteira: o sertão oeste de Minas Gerais no século XVIII. In: Dimensões: Revista da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, N° 14, 2002.

_____. O mundo das feras: os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – séc.XVIII. São Paulo: Annablume, 2008.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Duas Cidades Editora, 2001.

DA MATTA, Sérgio. O espaço do arraial na Minas antiga. Dimensões: Revista da UFES. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, n° 14, 2002.

ESCHWEGE, W. L. Von. Brasil, novo mundo. Trad. Domício de Figueiredo Murta. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

FERNANDES, Nilson André. A história da Diocese de Patos de Minas: antecedentes históricos, preparação, criação e primeiro episcopado (1866-1968). Patos de Minas: Ed. Do Autor, 2012.

FLORES, Moacyr. Dicionário de História do Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Retóricas cartográficas: as vilas e seus territórios nas Minas setecentistas. In: Simpósio Ibero-americano de História da Cartografia, 3°, 2010, São Paulo. Disponível em: <<http://3siach.files.wordpress.com/2010/04/claudia-damasceno-3siach-2010.pdf>>. Acesso em: 25/08/14.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas no século XVIII. São Paulo, Ícone, 1988.

LOURENÇO, Luís A. Bustamante. A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861). Uberlândia: EDUFU, 2005.

MACHADO, Maria de Fátima. Patrocínio: ontem e hoje. Vol. I Patrocínio: Editora Reggraf, 2013.

MARTINS, Tarcísio José. Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo. Contagem: Ed. Santa Clara, 2008. Disponível em: <http://www.mgquilombo.com.br/download/quilombodocampogrande.pdf> >. Acesso em: 16 jan. 2014.

POHL, Johann Emanuel. Viagem no interior do Brasil. Trad. Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

REZENDE, Júlio César. Patrocínio: nossa terra, nossa gente. Patrocínio: Gráfica Real, 1986.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagens às nascentes do rio São Francisco. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANARELLI JUNIOR, Alberto. Anuário de Patrocínio: histórico, turístico e estatístico. 4 ed. Patrocínio-MG: Editora Reggraf, 2000.

SAMUEL, Raphael. História local e História oral. In: Revista Brasileira de História. História em Quadro Negro. São Paulo, v. 9, 1990.

SOUZA, Laura de Mello. Fronteira Geográfica e Fronteira Social em Minas na Segunda Metade do Século XVIII. In: MACHADO, Maria Clara Tomaz; PATRIOTA, Rosângela (org.) ... |et...al|. Política, Cultura e Movimentos sociais: contemporaneidades historiográficas. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2001.

TOSI, Pedro Geraldo. Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945). Franca: UNESP-FHDSS, 2002.

SOBRE O AUTOR

Alcione Souza Júnior é mestre em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU); professor de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Patos de Minas.

Recebido em 01/02/2015

Aceito em 26/05/2015